

Tinham os Antigos uma Literatura?*

Ciro Flamarion Cardoso

O que é literatura?

Se tentássemos responder a esta pergunta recorrendo a um dicionário, eis aqui o que poderíamos achar (FERREIRA, 1975, p. 851):

“Literatura: 1. Arte de compor ou escrever trabalhos artísticos em prosa ou verso. 2. O conjunto de trabalhos literários dum país ou duma época.”

Uma definição assim no fundo não resolve a questão, pois, no primeiro ponto, carregado do esteticismo que constituiu por tanto tempo o calcanhar de Aquiles dos estudos literários, faltaria saber o que distingue trabalhos “artísticos” em prosa e verso de outros textos — também em prosa e verso — que *não sejam* artísticos. E sobretudo: *quem* decide se um dado texto é artístico (e portanto literário) ou não? O segundo ponto indica a existência de uma noção de *literaturas nacionais* (portuguesa, brasileira, inglesa, francesa etc.) e a de um catálogo época por época (literatura do Renascimento, literatura medieval, literatura do século XIX etc.), este segundo item, ao que parece, reconhecendo a existência de uma literatura mundial que não seja somente a soma das nacionais.

Vamos apelar agora para uma enciclopédia britânica recente extremamente concisa, pois consta de um único volume: *The Cambridge Encyclopedia*. Sua concisão obriga a verbetes curtos, muitas vezes extremamente objetivos. Eis aqui a parte pertinente do verbete acerca do termo *literatura* (CRYSTAL (org.), 1990, p. 710):

* Este artigo foi, em primeiro lugar, uma conferência pronunciada em 1998, quando do XII Seminário de Estudos Clássicos promovido pelo Setor de Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Naquela ocasião, o texto preparado para apresentação oral, desprovido de notas, contava com indicações bibliográficas no final. Aqui, inserimos algumas notas, embora procurando preservar ao máximo a forma original do texto.

“O termo *literatura* é o *locus* de um conflito ideológico. Pode entender-se como referido unicamente àquelas obras consideradas canônicas dentro dos gêneros estabelecidos, as que ‘agradaram a muitos e agradaram por longo tempo’ (Dr. Johnson) ou, em forma inclusiva, a soma total dos escritos que são lidos, mesmo os mais efêmeros, tais como histórias em quadrinhos e jornais. Ensaios, cartas, memórias, escritos históricos ou biográficos, relatos de viagens, versos ocasionais, etc, serão considerados ‘literatura’ dependendo do ponto de vista.”

Trata-se de uma explicação honesta, posto que, de fato, não há *hoje* consenso (já houve um bastante amplo no passado, porém) acerca do que seja um texto literário — e portanto do que seja um texto *não*-literário —, mas, exatamente por sua honestidade, parece que ficamos sem uma verdadeira definição... mesmo porque esta da enciclopédia se restringe à discussão dos limites inclusivos dos conteúdos, não tentando discernir o que uniria os conteúdos literários num todo chamado “literatura”.

Entre os próprios especialistas de disciplinas como a literatura comparada, achamos proponentes de formulações que se parecem a definições de literatura mas, de fato, não a definem. Eis aqui um exemplo (PICHOS e ROUSSEAU, 1994, p. 218):

“A literatura é uma das manifestações específicas da atividade espiritual do homem, no mesmo patamar em que a arte, a religião, a ação política ou social, etc. Pode-se, então, estudá-la como função fundamental sem consideração de tempo ou lugar. (...)

“... a Literatura [é] função específica do espírito humano.”

Temos, neste caso, uma reivindicação de autonomia ou especificidade, não uma verdadeira definição: o que distingue o “patamar” correspondente à literatura dos outros que, para os autores, constituem as tais “manifestações específicas da atividade espiritual do homem”?

Remontando a um clássico como Van Tieghem obteremos, sem dúvida, uma definição (VAN TIEGHEM, 1994, p. 91):

“A primeira operação é uma *escolha*: só é digno do nome de literatura aquilo que oferece um valor, e um valor literário, isto é, um mínimo de arte. Tais escritos oferecem ao espírito, ao coração, um *gozo* mais ou menos vivo, no qual já entra por vezes a admiração.”

O critério do gozo ou fruição é o mais tradicional — aristotélico —; o outro é o critério estético, que sempre remete ao beco de saída do que é artístico ou não, aspecto acerca do qual não é fácil obter consenso.

Há grandes diferenças entre as posições de Van Tieghem e de René Wellek no que tange à literatura comparada; o mesmo não ocorre, numa

primeira aproximação, quanto ao esteticismo presente na definição da própria literatura (WELLEK, 1994.a, pp. 116, 118):

“...os estudos literários verdadeiros não estão preocupados com fatos neutros, mas sim com valores e qualidades. Esta é a razão pela qual não há distinção entre história literária e crítica. Mesmo o mais simples dos problemas de história literária requer um ato de julgamento. (...)

“A única concepção correta me parece ser uma decididamente ‘holista’ que vê a obra de arte como uma totalidade diversificada, como uma estrutura de signos que, no entanto, pressupõe significados e valores.”

A definição em termos de “estrutura de signos” remete à busca de algo objetivo — o autor afirma igualmente que “a obra de arte pode ser vista como uma estrutura estratificada de signos e significados que é totalmente distinta dos processos mentais do autor no momento da criação” (WELLEK, 1994.a, p. 118) —, mas tal se dá só do ângulo em que se considera o autor: o crítico continua sendo aquele que decide se um escrito é artístico (ou literário) ou não o é. Surge novamente a mesma questão de sempre: os critérios com que o faz são consensuais ou, pelo menos, podem aproximar-se de um amplo consenso? Sabe-se que com muita frequência não é assim.

O esteticismo na definição daquilo que seria literário tem uma longa história que remonta pelo menos ao século XVIII e se expressa com clareza especial, no século seguinte, ao definir Raymond Queneau a literatura como “a maneira de escrever, em oposição ao emprego funcional de palavra escrita”. Ou seja, literatura e escrita científica ou técnica se opõem: só seriam literários os escritos artísticos, não-utilitários; mesmo se, em inglês, continua-se até hoje a usar também o termo, paralelamente, para o conjunto da bibliografia disponível sobre um assunto qualquer, portanto, no caso de textos que, para Queneau, seriam funcionais ou utilitários, portanto, não-literários (WEISSTEIN, 1994, pp. 318-9).

A semiótica tentou mas não conseguiu evacuar os problemas do subjetivismo e da estética. Desde Kant, existe uma forte propensão a achar que o juízo estético pertence à categoria dos juízos que não têm a ver com a natureza do objeto mas, sim, com o modo de sua recepção: ou seja, “o juízo estético só pode ser subjetivo”. Assim sendo, as sensações estéticas não podem ser objeto de conhecimento, de estudo racional intersubjetivo. Esta convicção, ainda quando implícita, era forte fator limitador das possibilidades de uma teoria da literatura, ou de sua história racional, bem como continuou a contrapor-se às tentativas de construir uma análise da semiótica literária cujas bases fossem objetivas. Houve, sem dúvida, ten-

tativas em tal sentido; nunca, no entanto, foram de todo convincentes. Para alguns, a solução seria deixar de lado, de todo, a questão estética.

Umberto Eco maneja a noção de “texto estético” a partir de um ângulo semiótico, categorizando-o, com apoio em Roman Jakobson, por se notar, na mensagem dotada de “função poética”, algo ambíguo e auto-reflexivo em sua própria natureza. Ter-se-ia uma ambigüidade estética quando “*a um desvio no plano da expressão corresponde uma alteração qualquer no plano do conteúdo*”. Após uma série de operações que dão de início a impressão de poder conduzir a critérios objetivos, o autor, no fim das contas, acaba por definir o texto estético como “*o modelo estrutural de um processo de interação comunicativa*”: o que implica, no mínimo, boa dose de subjetividade, posto que o destinatário do discurso literário é chamado a exercer “uma colaboração responsável”, em sua(s) leitura(s) de um texto assim, tratando “de preencher os vazios semânticos, de reduzir a multiplicidade dos sentidos, de escolher seus próprios percursos de leitura”. Isto caracterizaria o texto estético como “fonte de um ato comunicativo imprevisível” (ECO, 1980, pp. 222-33).

A solução de Robert Scholes é relativamente similar: embora ele critique Jakobson por “regressar à estética exatamente quando deveria prosseguir com a semiótica”, partilha com este a mítica noção de “literariedade” — algo que todas as obras literárias teriam em comum —, se bem que destacando-a aparentemente da estética (para Scholes, uma obra não precisa ter “valor” para ser literária). No entanto, enfatiza a ambigüidade como fator central da literariedade, numa exposição a partir da teoria da comunicação: a ambigüidade estaria presente em todos os níveis da comunicação (emissor, receptor, mensagem, contexto, canal e código); mas, como mostra outro conceito que maneja, o de “narratividade” como atributo do decodificador, no fundo não fica tão longe de uma solução do tipo da de Eco, ou seja, privilegiar o destinatário ou receptor, com o qual não se vê muito bem como seria possível evacuar Kant (SCHOLES, 1982, pp. 17-36, 60-6).

Talvez por tal razão, Tzvetan Todorov, embora permanecendo fiel a Jakobson e à noção irremediavelmente mítica e inefável de literariedade, decide abandonar, provisoriamente quando menos, a questão do juízo estético em sua Poética (TODOROV, 1976, pp. 123-4).

A forma mais útil para o historiador de abordar a questão do que é literatura consiste, em minha opinião, em: 1) deixar absolutamente de lado a noção de literariedade em qualquer de suas formas, pseudoconceito que, por um caminho ou por outro, conduz à miragem esteticista ou ao subjetivismo do leitor ou do crítico; 2) estabelecer uma distinção entre os discurs-

tos etnoliterários e socioliterários. Seriam discursos *etnoliterários* aqueles provenientes de povos que não reconheçam a arte ou a literatura como setores específicos de discursos e atividades. Seriam discursos *socioliterários* aqueles surgidos em sociedades que reconhecem tais áreas como existentes: sociedades em que as noções de autor, público, literatura e gêneros literários (noções extremamente variáveis nos seus conteúdos, naturalmente, conforme as épocas) existam e sejam reconhecidas mais ou menos explicitamente. Assim, não há como definir a literatura em si: o que pode existir é a conotação social de certos discursos como literários. *A literatura é e só pode ser uma noção historicamente definida*. Do que se trata, em cada sociedade ou época que se estude, é constituir para os fins da pesquisa, em forma operacional e sem a pretensão de estar dando uma solução definitiva à questão, o *corpus* de textos literários, discutindo em cada caso os critérios de inclusão e exclusão (cf. GREIMAS e COURTÉS, 1989, pp. 262-4).

Dissemos ser a literatura algo que só pode definir-se historicamente. Convém, então, perguntar: como, na civilização ocidental, formou-se a noção de literatura que obteve um consenso bastante grande antes de ser contestada, a partir sobretudo da década de 1960, por correntes como a da análise estrutural do relato e a da desconstrução, em parte nascida da primeira mas no fundo bastante diferente dela?

Sem exagero, pode-se afirmar que a idéia de literatura como um conjunto de textos de certo tipo, acessíveis através da escrita e lidos “buscando seu significado invisível, alegórico ou espiritual”, é invenção especificamente ocidental. Esta conexão que se implica entre certos escritos e realidades interiores é uma invenção de Platão e outros autores antigos e da Idade Média que foi herdada pela história ocidental subsequente (STOCK, 1993, p. 272). Um de seus pontos de apoio, no mundo contemporâneo, é a existência de setores formais de ensino e pesquisa de literatura — ciência da literatura, história literária, literatura comparada, teoria literária —, por longo tempo associados a certas noções amplamente difundidas desde fins do século XVIII (em cronologias diferentes conforme os países) acerca de uma educação e uma moral universais, por sua vez ligadas ao ideal nacional. A autoridade de tais setores formais, a começar por aqueles das universidades e academias, é o que, em especial desde a segunda metade do século XIX, servia para “canonizar” certos textos como sendo literários — portanto, entre outras coisas, dignos de estudos e da inserção em antologias para o ensino secundário — e, correlatamente, estigmatizar outros textos como não-literários ou, ainda pior, pseudoliterários.

Por trás desta situação, que só há trinta anos foi realmente posta em dúvida e entrou em crise da qual a saída não está à vista, há uma longa

história no Ocidente. Se a noção (altamente ideológica) de literatura, como contemporaneamente entendida, não atinge seu sentido pleno antes do século XVIII e não chega ao apogeu senão com a sua forte institucionalização no século XIX, as condições para que pudesse surgir vinham-se reunindo pelo menos desde o Renascimento.

O termo “literatura” vem do latim *littera*, que designa uma letra do alfabeto. Seu uso data do fim da Idade Média: em italiano, é do século XIII; em inglês, de 1375; em português, espanhol e alemão, do século XV. Designava, de início, uma situação ligada à capacidade de ler e, por conseguinte, ao fato de ter lido uma quantidade apreciável de textos. Algumas línguas guardam restos desse sentido primeiro por meio da presença de termos correlatos. Em inglês, por exemplo, o fato de saber ler e escrever chama-se *literacy*, vocábulo claramente aparentado a *literature* mas que só surgiu no século XIX, exatamente por ter o último termo assumido um significado especializado, diferente, que é o que correntemente se associa a “literatura” desde o século XVIII. Anteriormente, e desde a Antiguidade, o campo semântico agora coberto por “literatura” pertencia — num formato diferente, claro — a termos como “retórica” ou “poética”. Tal como se desenvolveu ao longo dos Tempos Modernos, o uso do termo literatura teve a ver por muito tempo bastante mais com o uso dos textos e a qualidade daquele que lê textos do que com a produção dos textos em questão. Tratava-se de uma especialização social com conotação de classe; pois, antes do final do século XVIII, não existia educação básica universal em país algum do Ocidente. A noção moderna de literatura misturava-se crescentemente com outras: a pessoa que possuía literatura no sentido indicado era também uma pessoa “cultura” e versada nas “humanidades”.

O anterior acabou por associar-se à idéia emergente de nação, embora por muito tempo ainda o que se valorizava fosse, na verdade, o conhecimento das línguas clássicas, grego e latim. Dava-se aos poucos a transição de uma profissão erudita transnacional baseada na Igreja e depois nas universidades, bem como no uso do latim (e secundariamente do grego e do hebraico), para outra, de classe, que se atava a critérios diferentes, mais gerais, que não tinham a ver só com a literatura mas, sim, também com a emergência do ideal nacional e a valorização das línguas vernáculas. De fato, “gosto” e “sensibilidade” tanto se aplicavam, no ideal burguês que se articulava, à literatura quanto ao comportamento público e privado, num consenso formador do ambiente e do modo de vida burgueses no quadro emergente do Estado-nação moderno. No século XVIII já surge a concepção de uma relatividade do belo, ou seja, de uma estética relativista: cada literatura nacional, “à sua maneira, poderá dar à beleza uma interpretação original” (JEUNE, 1994, p. 221).

Outra ligação que durante os Tempos Modernos adquiriu essa literatura vista como um nível minoritário e desejável de realização educacional foi com a noção de livro impresso, com a difusão de tal veículo a partir do século XV. Ou seja, cada vez mais, a literatura passava a se entender também como o conjunto dos objetos — livros impressos — através dos quais se realizava na prática. Entenda-se, de início: *todos* os livros impressos, não somente e nem primordialmente aqueles “de imaginação”, ficcionais ou poéticos. Mas, com o tempo, certa limitação foi introduzida: literatura seria um conjunto de obras impressas, mas somente das obras impressas *de qualidade*. Isto porque, no final dos Tempos Modernos, na educação de elite estava-se impondo centralmente a idéia de “gosto” ou “sensibilidade”, privilegiada doravante em detrimento do “conhecimento” que os livros pudessem proporcionar.

O instrumento que permitiu o consenso progressivo em torno dessas noções foi o surgimento da crítica. O termo mesmo, aplicável a comentários sobre o que se escrevia, apareceu no século XVII, primeiro situando-se no nível do conhecimento, mas no século seguinte já claramente vendo a si mesma como o exercício consciente do gosto, da sensibilidade, da discriminação entre o que é válido e o que não o é. Implicava a ênfase e a valorização social, em termos de classe, do consumo ostensivo de obras, mais do que de sua produção. Na verdade, os autores não eram especialmente valorizados no plano social. Paralelamente à crítica literária como atividade reconhecida, aparecia a noção coletiva de um público leitor que se entendia implicitamente como sendo, ao mesmo tempo, rico e dotado de gosto e sensibilidade.

A ênfase no bom-gosto e na sensibilidade significava, em tal ideologia burguesa, a separação e conotação positiva do gosto, da sensibilidade, do humano e subjetivo, do sentimento, do privado, em detrimento do conhecimento, do objetivo, do público, em matéria literária. A literatura era do domínio de algo sentido individual e subjetivamente em forma viva, imediata e criativa, diferentemente de outras atividades situadas em outros domínios. Tudo isto, que contribuiu para uma noção tão frouxa que de modo algum poderia ser um conceito, só se tornou problemático e perceptível em sua debilidade cognitiva, em nosso fim de século, quando a ideologia burguesa nos moldes herdados do século XVIII entrou em crise — e, junto com ela, a crítica encastelada institucionalmente nas universidades e academias desde o século XIX e que, até então, decretava com tranqüilidade e amplo consenso o que tinha valor literário e o que não tinha.

Assim, as noções de *literatura* e *crítica* como se praticaram com bastante êxito até bem entrado o século atual eram, numa perspectiva histó-

rico-social, formas de especialização de classe e instrumentos do controle sobre uma prática social crescentemente importante num sentido geral pela universalização do ensino básico nos países desenvolvidos e, cada vez mais, também em outros. Numa época, então, em que, sendo o público leitor cada vez maior, emergiu a possibilidade do escritor como membro de uma profissão, dos direitos autorais como forma de sua remuneração habitual. Não é de admirar, então, que por tanto tempo os estudos literários se marcassem por grande seletividade do que podia ou não ser abordado: havia uma limitação de classe e institucional muito poderosamente estabelecida às questões passíveis de serem suscitadas em tais estudos; limitação defendida quase sempre em nome da estética. As posições destoantes por muito tempo tiveram de se exercer *de fora* dos ambientes universitários dos estudos literários (em alguns trabalhos marxistas, por exemplo).

Isto não quer dizer, porém, que, no setor da literatura e da reflexão acerca dela, existissem um consenso total e uma ausência de conflitos que se estenderiam do século XVIII até quase o final do século XX (consenso enfraquecido principalmente a partir de fins da década de 1960). Pelo contrário, dentro do esteticismo dominante, implícito ou explícito, muita variação era possível.

No século passado, por exemplo, chegou ao auge a rebelião dos intelectuais pequeno-burgueses em várias áreas intelectuais, conhecida como romantismo. No campo literário, retomou por sua conta, em nome da criatividade humana, a reivindicação da literatura como criação, imaginação e sensibilidade, em protesto contra as formas socialmente repressivas e intelectualmente insatisfatórias do capitalismo triunfante. “Gosto”, “estética”, “sensibilidade”, que haviam surgido como categorias de uma condição social e de *sua* apropriação, como consumidora, das obras literárias publicadas, passaram a aplicar-se às obras em si, enquanto aumentava a preocupação com o autor e a geração do texto literário, não mais centralmente com seu consumo de elite.

A rebelião romântica incluiu forte tendência a opor as “verdades” da literatura — consideradas superiores por seu embasamento estético e sua vinculação com o mundo subjetivo e vital da sensibilidade — a outras “verdades”: científicas, políticas, objetivas, da vivência quotidiana, etc.

Isto ocorreu no momento em que triunfava, muito mais do que no passado, o individualismo burguês. Este, entretanto, tal como traduzido pelos românticos, aparecia como uma separação ou oposição metafísica entre indivíduo e sociedade. A sociedade seria elemento negativo; entre outras coisas, consagradora de uma linguagem estagnada ou imóvel, contra a qual o poeta, herói da linguagem, agia, revitalizando-a, renovando as expressões verbais. A literatura não aparecia como ratificadora do social

estabelecido mas, sim, como criadora de valores baseados numa discrepância reveladora dos impasses e misérias da vida em sociedade, da tragidade dessa vida e suas tensões. Tal reivindicação do valor literário era feito em nome da estética.

Na segunda metade do século XIX, no que no fundo constituía um desvio das intenções da rebelião romântica — já que uma característica central do romantismo foi o abandono dos cânones normativos —, um elitismo esteticista de signo novo se consolidou, muito mais abertamente do que antes, dentro do próprio universo literário, num momento em que escritores e profissionais da crítica e da teoria literárias estavam encontrando um espaço de institucionalização nas academias e universidades.

Doravante, nem todas as obras impressas mereceriam a designação de literatura, nem tudo o que passava por literatura ou dava impressão de o ser era *Literatura* de verdade, autêntica, isto é, obras de arte construídas com palavras escritas. É a partir dessa época que começa uma distinção mais clara da “verdadeira” cultura, intelectualizada, erudita e com sanção acadêmica, gozando também de sanção pedagógica e nacionalista: começa a era das grandes coletâneas sacralizadoras de uma certa “literatura nacional” a ser ensinada nas escolas secundárias. O que se excluía era visto como “cultura popular” ou “de massa”, vilipendiada e discriminada. A crítica se transformou, mais do que antes, em instância capaz de validar a literatura, agora uma categoria especial e seletiva: literatura *stricto sensu* seriam aquelas obras que os críticos consagravam como “maiores”, em oposições às “menores” (quando não “más”, ou “desprezíveis”).¹

Critérios e recortes

Escreveu o historiador da economia Carlo CIPOLLA (1973, pp. 8-9):

“... os agrônomos dos séculos XV e XVI podiam ainda referir-se usualmente aos tratados escritos pelos romanos. As idéias de Hipócrates e Galeno continuavam representando bem, no século XVIII, as bases da medicina oficial, dois séculos após a rebelião de Paracelso. Quando Maquiavel planejava um exército para sua época, não achava absurdo referir-se à constituição romana. Quando Catarina II da Rússia fez transportar da Finlândia até São Petersburgo uma grande pedra para construir um monumento à memória de Pedro, o Grande, no final do século XVIII, o método de transporte foi o mesmo utilizado milênios antes pelos egípcios para construir suas pirâmides. (...) Uma continuidade básica caracterizava o mundo pré-industrial, apesar de grandes ascensões e quedas como as do Império Romano, do Islã medieval ou das dinastias chinesas. (...) Entre 1750 e 1850, esta continuidade se rompeu. Se, em meados do século XIX, um general estudasse a organização

do exército romano, ou se um médico estudasse Hipócrates e Galeno, ou um agrônomo, Columela, fazia-o unicamente como exercício acadêmico cujo único interesse era histórico. (...) Em 1850 o passado não era somente passado: estava morto.”

A isto oporei a passagem seguinte, escrita pela egiptóloga Miriam Lichtheim ao comparar dois textos egípcios, um do princípio e outro do final do segundo milênio a.C. (o conto de Sanehet e o chamado relatório de Unamon) (LICHTHEIM, 1976, p. 224):

“As diferenças entre eles não consistem somente em que um reflete um período de poderio político e o outro, uma fase de declínio político. Mas, sim, o que é mais importante, em que quase um milênio de história humana transcorrerá, um tempo durante o qual os povos do mundo antigo perderam muito de sua arcaica simplicidade. O segundo texto se acha no umbral do primeiro milênio a.C., um milênio em que (...) começou (...) um mundo moldado por homens e mulheres semelhantes a nós.”

A autora parece ter em mente, aqui, o fato de que, ao terminar o Período do Bronze, por volta de 1100 a.C., os sistemas palaciais e elementos a eles associados desapareceram ou perderam força: removiam-se assim os entraves que até então haviam limitado muito o surgimento de seres humanos que não fossem reis ou representantes de reis ou deuses como protagonistas, ou mesmo simplesmente como unidades autoconscientes perceptíveis para o historiador. Em consequência, emergiam as pessoas comuns como objeto de estudos de história por se terem tornado sujeitos dela mais perceptivelmente. O texto de Cipolla e o de Lichtheim parecem incompatíveis, mas estão é situados em níveis diferentes de percepção e juízo.

O primeiro indica que a revolução industrial, ao afirmar-se claramente, significou um corte na história tão grande que, para achar outro de mesmo peso, seria preciso mergulhar na pré-história até as origens da agricultura e da criação de gado, com as transformações sociais que as acompanharam — ou seja, a “revolução neolítica” e sua culminação, por volta de 3000 a.C., nas primeiras cidades que o planeta havia conhecido.

O segundo texto refere-se a algo situado num outro nível, mas não menos verdadeiro: os gregos das cidades-Estado e os romanos antigos, criaturas de civilizações que tomaram forma no primeiro milênio a.C., parecem mais próximos de nós quanto a inúmeros pontos de vista do que os egípcios, mesopotâmios, hititas etc. de milênios anteriores.

Tendo em vista as duas constatações balizadas pelos textos que citei é que convém perguntar: conheceram os gregos e romanos antigos algo idêntico ou similar àquilo que nós chamamos de literatura, usando uma

noção ou conceito cujo campo semântico atual tem somente uns dois séculos? A utilidade daqueles textos e das noções que veiculam é preparar as minhas respostas, basicamente as seguintes: 1) as profundas diferenças entre o nosso mundo e o da Antiguidade clássica garantem que uma heterogeneidade também notável separe o que chamamos de literatura grega e romana antigas (projetando no passado um conceito nosso) da literatura do mundo contemporâneo; 2) por outro lado, seja como for, tais literaturas grega e latina representam algo mais próximo da nossa própria literatura do que qualquer coisa que tenha existido antes; 3) o ponto precedente tende a ocultar-nos que a história do mundo clássico, cobrindo mais de um milênio mesmo se deixarmos de lado tudo o que precede a volta da escrita ao mundo grego em aproximadamente 750 a.C., obriga a constatar enormes transformações de toda ordem durante tão longo período, sem excluir, portanto, fases muito diferentes entre si no tocante à literatura.

Ciente do terceiro ponto acima, vejo-me forçado a estabelecer recortes limitadores do objeto, sem os quais não seria capaz de tratá-lo num curto espaço de tempo sem incorrer em extrema superficialidade. Tomarei, por um lado, Atenas entre o princípio da ascensão política de Péricles por volta de 460 a.C. e as primeiras décadas do século IV a.C.; e, por outro lado, abordarei, no caso romano, a era de Augusto, isto é, a passagem do primeiro século a.C. para o primeiro século d.C.

Atenas clássica

No começo do diálogo *Fedro*, de Platão, Fedro, o jovem interlocutor de Sócrates, menciona que esteve em casa de Lísias, um homem de boa família mas de inclinações democráticas, e ouviu um discurso deste sobre o amor: fala do autor como “o mais hábil de nossos escritores”, o qual “trabalhara” o discurso em questão “devagar e por longo tempo”. Sócrates diz, a seguir, que, conhecendo Fedro, tem certeza de que, “ouvindo um discurso de Lísias, não pôde contentar-se com uma primeira leitura mas, sim, insistindo, teria pedido que o autor recomeçasse, sendo atendido; e, não contente mesmo com isto, terminaria por apossar-se do discurso escrito para ler de novo as passagens que mais lhe chamaram a atenção”. Temos aí, então, modos de dar a conhecer um discurso — provavelmente preparado primeiro para um simpósio — a outras pessoas que não o público inicial, na Atenas de fins do século V a.C., época a que se refere Platão, escrevendo no início do século seguinte: repeti-lo oralmente, ou mesmo facilitar o texto escrito. Mas quão ampla podia ser uma difusão assim, numa sociedade que não conhecia a imprensa?

No final do mesmo diálogo, Sócrates declara coisas como as seguintes: “em todo discurso escrito, não importa sobre qual assunto, há muito de supérfluo; não se deve considerar nenhum discurso escrito, em verso ou em prosa, como assunto sério”. Isto é, agrega logo, a não ser que seu objeto seja instruir filosoficamente e, não, agradar. Adiante, diz ainda: “às pessoas que não possuem algo melhor do que aquilo que escreveram e compuseram, (...) atormentando seu pensamento e agregando e tirando sem cessar, dar-lhes-emos o nome de poetas, de autores de leis e de discursos”.²

Este relativo desprezo pela palavra escrita não era mera idiossincrasia de Platão, embora tivesse, no pensamento platônico, um contexto específico que não vou expor. Platão viveu num período em que ainda existia o primado da oralidade, por mais que a Grécia houvesse recuperado o uso da escrita mais de três séculos e meio antes da época em que ele compunha o *Fedro*, e embora seja verdade que uma minoria de pessoas passou a ter uma proficiência na leitura silenciosa, processo datado do final do século VI ao final do V a.C. (SVENBRO, 1998, pp. 41-69). Tratava-se de uma sociedade cujas relações principais se davam face a face, o que encorajava a comunicação verbal. Textos eram lidos em voz alta em pequenos círculos ou em público (como ocorreu com as *Histórias* de Heródoto). Mesmo quem dispusesse de uma biblioteca raramente se daria ao trabalho de buscar uma citação procurando-a no texto: citaria de memória. Os hábitos de uma cultura ainda amplamente oral desenvolviam a memória; as pessoas aprendiam a ler decorando na sua totalidade os poemas de Homero e, dentre os marinheiros atenienses aprisionados em Siracusa, Plutarco nos diz que vários conheciam de cor coros inteiros das tragédias de Eurípides, isto por volta de 413 a.C. Mesmo assim, sabemos, pelo confronto de um texto, quando se conservou, com citações suas, ou comparando entre si as citações de um mesmo texto e passagem, que muitas das citações feitas de memória modificavam aquilo que era citado, o que não incomodava os ouvintes ou leitores. Nos tribunais, ouviam-se testemunhos orais, sendo muito raro o recurso a provas escritas. Tucídides, ao explicar o seu método como historiador, menciona testemunhos orais e oculares mas, não, fontes escritas.

Já no final da Antigüidade, Agostinho, bispo de Hipona, recordando seu mestre, o bispo Ambrósio de Milão, portanto referindo-se a episódio do final do século IV d.C., diz o seguinte: “*sed cum legebat, oculi ducebantur per paginas et cor intellectum rimabatur, vox autem et lingua quiescebant*” (“mas quando lia, seus olhos seguiam as páginas e seu coração ponderava acerca do significado, embora sua voz e sua língua permanecessem paradas”): *Confissões*, 6, 3. O fato de ter anotado este detalhe

mostra que ainda não era esta a forma habitual de ler naquela época. Podemos supor então que, uns oito séculos antes, na circunstância atribuída a Fedro, este leria o texto que tomou emprestado em voz alta, ainda que só para si mesmo. Não contente com isto, mal podia conter o desejo de voltar a lê-lo para que outro ouvisse — no caso, Sócrates — e tomasse conhecimento, por sua vez, do mesmo texto. Note-se, outrossim, que nestas leituras em voz alta se intercalavam comentários de quem lia como algo normal e esperado: ninguém veria nisto uma traição ao autor ou ao texto, do mesmo modo que não se achava nada demais um copista agregar glosas ao copiar.

Mal ou bem, tudo isto nos mostra que pelo menos uma elite intelectual ocupava-se freqüentemente com textos, incluindo suas cópias escritas. Mas não existia imprensa. Isto não somente limitava a difusão, dificultando-a mesmo no interior de tal elite, como explica que tão pouco, afinal de contas, se tenha conservado do que se escreveu ao longo da era clássica com pretensões que chamaríamos de literárias. Na própria Antigüidade era altamente provável a perda das obras. Na enorme biblioteca fundada pelos Ptolomeus em Alexandria, a maior do mundo antigo, mais de uma dúzia dentre as peças de Eurípides já faltavam, menos de dois séculos após a sua morte.

Podemos supor que as tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípides, solenes no tema, no tom, na linguagem, empregando uma língua literária bem distante daquela do dia-a-dia, fossem de entendimento difícil, pelo menos no detalhe, para a maioria das 14.000 pessoas que, em Atenas, lotavam o teatro de Dioniso para ouvi-las em certas festas religiosas. Mas o mais importante é que podiam ouvi-las: o que havia de melhor na cultura literária da época estava, na sua maioria — com exceção, provavelmente, dos tratados filosóficos — ao alcance dos que quisessem assistir à sua representação ou ouvir sua leitura pública: além das tragédias, mencionamos a obra de Heródoto; também os discursos dos melhores dentre os oradores podiam ser escutados nas assembléias e tribunais. Era esta a maneira usual de conhecer os textos e idéias dos autores. Uma proporção desconhecida mas aparentemente não desprezível da população podia ler e/ou escrever — bem maior, ao que parece, do que no Oriente Próximo, já que no mundo grego inexistiam os escribas profissionais, numerosos nas civilizações próximo-orientais —, mas nada indica que houvesse um grande hábito de leitura e um grande mercado de livros (copiados laboriosamente à mão e, portanto, caros).

Nessa sociedade de livros copiados à mão, da inexistência de qualquer noção de direitos autorais (que no Brasil, por exemplo, apareceram só em 1827 para textos de Direito, em 1830 de um modo mais geral), da ausência de instrução pública e cuja cultura era predominantemente oral,

pode-se falar na existência de literatos como profissionais? Certamente que sim. Poetas arcaicos e depois clássicos como Homero, Simônides ou Píndaro trabalhavam sob encomenda, sendo, portanto, remunerados por seu trabalho. As únicas alternativas habituais seriam ter um patrono permanente (os tiranos arcaicos e os da Sicília no período clássico desempenharam com freqüência tal papel) ou dispor de fortuna própria. Havia também a possibilidade menos provável de obter pensões e prêmios do Estado, embora estes só existissem em caráter esporádico no que se refere a pagamentos em dinheiro, apesar de ser pública a organização das festas e jogos em que, principalmente, surgiam as ocasiões de competição poética. Tais festas e jogos ocorriam num contexto de culto religioso, o que marca outra profunda diferença com o nosso mundo.

Um bom exemplo de carreira literária profissional é o de Isócrates (436-338 a.C.), que foi, após o ensino pioneiro de sofistas do século V a.C., como Górgias, o verdadeiro consolidador, em Quios e depois em Atenas, de um ensino superior particular e remunerado, baseado na retórica mas bastante amplo em sua cobertura para a época. Em sua juventude, havia sido um literato e orador amador em Atenas, dispondo de fortuna pessoal: não tivera necessidade, portanto, de ganhar a vida. No final da Guerra do Peloponeso, entretanto, seus bens foram confiscados e foi obrigado a fugir para Quios. De volta à sua Atenas natal, após ter ganho a vida escrevendo discursos forenses para litigantes, abriu em 392 a.C. uma escola de ensino superior.

A escola de Isócrates atraiu a Atenas estudantes de todo o mundo grego. Em si, isso não constituía uma novidade: já no século anterior, a cidade, enriquecida pelo tesouro de Delos, fora centro de estudos e lugar de trabalho de literatos vindos dos quatro cantos do mundo grego; aliás, em escala menor, o mesmo já acontecera antanho sob a tirania dos Pisistrátidas. Se bem que tais escritores não perdessem o vínculo com as cidades de origem — Simônides de Céos, Heródoto de Halicarnasso, Aristóteles de Estagira, etc. —, um grego não consideraria que produzissem cultura típica de tais *pólis*: nem, por outro lado, cultura “ateniense” por trabalharem em Atenas. Assim, no período que nos interessa, que foi o do apogeu e começo da crise do regime de *pólis*, nem por isto houve algo semelhante a uma “literatura nacional”. Os gregos tinham consciência de formarem uma unidade cultural (Heródoto, 8, 144).

Note-se que, se havia o que podemos sem qualquer exagero chamar de profissionais da literatura, o mesmo não se aplica, na época que examinamos, à crítica literária. Se se quiser, pode-se considerar Aristóteles como o primeiro teórico importante da literatura, por sua *Poética* e sua *Retórica*.

ca; sua obra, incidentalmente, mostra, no século IV a.C., a noção de gênero literário já bem assentada. Uma crítica erudita das obras literárias como atividade especializada corrente e auto-suficiente, entretanto, foi uma invenção helenístico-romana posterior, inexistente na época clássica. Nesta última, quando das competições dos festivais religiosos, juízes escolhidos segundo um processo complexo (seleção de nomes pela Bulé seguida de sorteio por tribos) decidiam a quem premiar. E a consagração podia vir da própria opinião pública, sobretudo no caso dos dramaturgos: como se sabe, o entusiasmo dos atenienses após a representação da tragédia *Antígona* levou, segundo a tradição, à primeira de duas eleições de Sófocles como um dos dez estrategos em 441-440 a.C., se bem que nada indicasse de sua parte talento militar ou administrativo (FINLEY (org.), 1984, pp. 1-21, 93-201; LIVINGSTONE, 1956, pp. 341-393; ROSE, 1964; HARVEY, 1987; BOARDMAN, GRIFFIN e MURRAY (orgs.), 1986, pp. 99-112, 124-203).

A Roma de Augusto

Passando a Roma na virada do primeiro século a.C. para o primeiro século d.C., talvez convenha começar dizendo que, nesse período, a educação de base retórica, copiada dos gregos da época helenística, estava bem-estabelecida entre os romanos que pudessem pagar por ela. Paralelamente, os filhos da elite endinheirada romana podiam levar a cabo estudos superiores no Oriente grego: Cícero, por exemplo, estudara retórica em Rodes, Horácio (um filho de liberto) em Atenas. Isto significava não somente o prestígio do modelo cultural grego como, também, o fato de ser bilingüe a elite intelectual romana. O primeiro século d.C. viu, mesmo, uma espécie de auge esterilizador do ensino e dos métodos retóricos. Abandonou-se quase de todo o interesse pela teoria retórica, concentrando-se os esforços na declamação de *suasoriae* (discursos em que, em forma fictícia, davam-se conselhos a homens públicos do passado ou a figuras mitológicas) e *controversiae* (discursos igualmente fictícios imitando os que se proferiam nos tribunais). Como na Grécia, o ensino era, no essencial, de caráter privado. Os primeiros imperadores, a começar por Augusto, criaram bibliotecas e desde a segunda metade do século I d.C. subvencionaram certas cátedras, em Roma e mais tarde em Atenas, mas isso não passava de gota d'água no oceano, mesmo na cidade de Roma. Como no caso do mundo helenístico anterior, não há como quantificar a proporção dos alfabetizados na população do mundo romano em época alguma. E os livros continuavam sendo copiados à mão.

A era de Augusto apresenta alguns aspectos contraditórios. De um lado, pode-se constatar um alargamento tanto geográfico quanto social do recrutamento dos letrados e, em especial, dos autores de sucesso.

No final da República, os grandes nomes da literatura latina provinham sobretudo da própria Roma (César, talvez Lucrécio) e de regiões que já pertenciam ao domínio romano em meados do século III a.C.: Cícero vinha de Arpino, em país volsco, Salústio de Amiterno, em país sabino, Marco Terêncio Varrão de Reate, em país sabino. A Gália cisalpina, fora do núcleo mencionado, começava somente a aparecer, sem dúvida com o nome importante de Catulo (de Verona). Na época de Augusto, a península inteira fornece autores: Ovídio era de Sulmo, nos Apeninos centrais, Propércio da Úmbria, Horácio do limite entre a Lucânia e a Apúlia; da Gália cisalpina vinham Virgílio, de Mântua, Tito Lívio, de Pádua, Cássio, de Parma; da Gália narbonesa, Cornélio Galo, Trogo Pompeu e o poeta Públio Terêncio Varrão; da Espanha, os retóricos Sêneca pai e Pórcio Latro, um dos mestres de Ovídio. A cidade de Roma, mais ainda do que na época do círculo republicano dos Cipiões, era agora ponto de atração para intelectuais de língua grega, como Nicolau de Damasco, Estrabão de Amaséia (no Ponto Euxino), Dioniso de Halicarnasso, Diodoro da Sicília.

Alargamento também do recrutamento social, bem maior do que na República anterior: escritores havia provenientes de famílias antigas e ricas, como Tibulo e Ovídio, mas Horácio e Cornélio Galo eram filhos de libertos; Virgílio, filho de um artesão ou de um pequeno comerciante, etc.

Falamos de aspectos contraditórios porque, às mencionadas expansões constatáveis no recrutamento geográfico e social, não correspondeu qualquer diversidade enriquecedora de pontos de vista ou atitudes ideológicas. Viessem de onde viessem, os intelectuais da época participavam da mesma visão de mundo, desenvolviam temas similares em cada gênero, sob a influência — bem mais servil do que sob a República — de modelos gregos; em suma, a era de Augusto é, no essencial, uma época de conformismo e considerável artificiosidade. Houve, naturalmente, exceções no tocante ao conformismo político. Cássio de Parma, autor de sátiras, elegias e epigramas, foi adversário irredutível de Otávio, apoiando Sexto Pompeu e depois Marco Antônio: mas, após a queda de Alexandria, o novo dono de Roma ordenou sua morte. Num caso como o de Propércio, de país etrusco da Úmbria (Assis), o qual sofrera confisco da propriedade familiar, sua inclusão no círculo de Mecenas não pareceu tê-lo domado completamente, pois, em relação a Augusto e sua família, sua posição era no mínimo ambígua.

Apesar de tudo, não se pode falar de decadência das letras latinas na época. Trata-se de uma literatura vigorosa. Constata-se um auge não-du-

radouro, embora, como veremos, de natureza diferente, em pontos cruciais, daquele da era de Cícero. Talvez se possa explicar isto por fatores diversos. O patronato do imperador e de amigos seus, ao lado de fatores limitadores de que falaremos depois, sem dúvida facilitou material e socialmente a vida dos homens de letras próximos aos círculos do poder. Além disto, os grandes nomes da era de Augusto haviam vivido pessoalmente as décadas terríveis da fase final das guerras civis que acabaram com a República: experiência de vida enriquecedora, mesmo se causadora de sofrimentos consideráveis. O mundo romano vivia ainda uma fase de vigor e expansão, por mais que alguns elementos mostrassem que tal expansão começava a enxergar os seus limites. Um fator favorável era o verdadeiro furor da alta sociedade romana pela literatura, comentado ao mesmo tempo irônica e aprovadamente por Horácio (*Epístolas*, 2, 1), gerador de um mercado pequeno mas rico e culto, multiplicando os apoios aos escritores mas também as exigências críticas em relação à qualidade do que se escrevia.

Do lado das sombras no quadro, uma mudança essencial se deveu à instauração de um poder pessoal que afastava a possibilidade, mesmo para a elite, de uma verdadeira participação nos negócios públicos num nível decisório. Salústio, Cícero, César, haviam sido todo o contrário de escritores de gabinete. Eram homens de ação que sabiam poder influir nos acontecimentos: escrever era, para eles, uma forma da luta política entre outras. Não por acaso, em meados do século I a.C., a prosa primava claramente sobre a poesia na literatura latina. Tais autores haviam exercido altos cargos públicos civis e militares, comandado homens, testado suas teorias na prática. Que contraste, então, com um Tito Lívio, por exemplo! Além do mais, a instauração do poder pessoal relegava os que antes eram verdadeiros cidadãos, mesmo os dos grupos dominantes, à vida privada: daí, desde a época de Augusto, ocorrer um grande auge da poesia lírica, uma mutação da oratória distanciando-a das ocasiões públicas decisórias, um declínio também de outros gêneros que no passado se destinavam ao grande público, como o teatro romano em suas diversas formas.

Na época de Cícero, em Roma como outrora em Atenas, a oratória era exercida diante de públicos muito amplos, no Senado, na assembléia popular, nos tribunais: tratava-se de convencer a grande número de pessoas. Embora as discussões filosóficas se fizessem em pequenos cenáculos, muito da literatura se destinava a um público extenso. Sob o Alto Império, desde Augusto, o conformismo político era o único caminho sem riscos. Augusto queimou obras do historiador Labieno, como Tibério faria com as de Cremúcio Cordo. Em seus *Anais* (1, 1) como em suas *Histórias* (1,

1), Tácito diz claramente que, desde o primeiro imperador, a história contemporânea ou recente só podia ser dada a público se adulasse o chefe do Estado. Augusto esperava, no mínimo, que os homens de letras não atacassem o regime e seus valores, na verdade preferindo que se pusessem militantemente a serviço da propaganda, da organização da opinião das elites letradas em favor do regime. O desterro de Ovídio parece dever-se tanto a desenvolver na *Ars amatoria* uma visão do amor e do casamento contrária à política estatal a respeito, quanto a ter-se envolvido, em forma pouco clara para nós em função das fontes, em escândalos da família de Augusto. A grande oratória da República final sem dúvida vinculara-se à acesa competição entre políticos: era uma oratória pública. Sob o Alto Império, desde Augusto, predominaram discursos pronunciados por lazer sobre temas fictícios, ou para adular o imperador (PARAIN, 1978, pp. 113-18; WILLIAMS, 1978).

Quintiliano podia, no final do século I d.C., criticar aspectos da oratória de Cícero e defender os vazios discursos das *suasoriae* e *controversiae*, mas a verdade é que, após sua época, ou mais exatamente depois de 120 d.C., com a exceção de Apuleio, os grandes nomes da literatura no mundo romano do Alto Império foram os da segunda retórica e outras correntes gregas, não mais latinos.

Em contraste com a necessidade de convencer e agradar a um público socialmente variado e muito amplo sob a República, desde Augusto o elitismo era de regra. Horácio (*Sátiras*, 1, 10) deixa claro que não importa a admiração da multidão mas, sim, a de poucos leitores das classes altas: quer ser aplaudido por Mecenas e por Virgílio e, não, que seus versos sirvam para ditados escolares. A literatura se apresenta agora, no essencial, na corte do próprio imperador e em cenáculos de elite. Como em todo o mundo anterior à era inaugurada pela revolução industrial em fins do século XVIII d.C., os escritores que não tivessem fortuna própria precisavam dispor de encomendas, de patronos públicos ou privados. Os mais importantes cenáculos literários que cumpriram essa função foram aqueles chefiados por dois homens próximos ao regime e de enorme fortuna, Valério Messala Corvino e Gaio Mecenas. Messala Corvino era de família pertencente à *nobilitas* senatorial republicana: apoiara Marco Antônio, mas mudara de lado a tempo, tendo sido governador da Gália e celebrado um triunfo em 27 a.C. Abandonando a seguir a vida pública, dedicou-se à literatura, como autor mas sobretudo criando à sua volta um círculo de escritores, entre os quais Horácio. Mecenas, por sua vez, vinha de país etrusco (Arezzo); sendo um dos conselheiros mais próximos de Otávio nas décadas de 30 e 20 a.C., comandou o maior dos círculos literários e artísticos romanos daquela época.

A era de Augusto foi marcada pelo recuo do racionalismo e pelo progresso das superstições, da religiosidade e da magia entre as elites intelectuais. Horácio havia sido um incrédulo, um crítico dos prodígios e milagres: os deuses, se existiam, não se ocupavam dos homens, como já dissera Epicuro e consta de suas *Sátiras* (1, 5). No entanto, do mesmo modo que, em política, passou a aceitar o poder pessoal de Augusto, converteu-se à religião tradicional, mesmo se os deuses, em seus poemas, às vezes pareçam compor um cenário e, não, algo mais profundo. Mas o poeta chegou mesmo a fazer um *mea culpa* no tocante a sua falta anterior de religião e a seu racionalismo (*Odes*, 1, 34). Virgílio, na juventude formado nas idéias de Epicuro, passou depois a declarar-se encantado com a religião simples dos homens do campo com seu Pã, seu Silvano e suas ninfas (*Geórgicas*, 3). Na *Eneida*, a cada passo aparecem prodígios, rezas, oráculos, sacrifícios. Enéias dá a impressão de que aceita ser um joguete da vontade dos deuses, ou seu instrumento; e Virgílio parece dizer que os deuses haviam decidido a sorte de Roma desde antes que ela existisse. Que diferença com os *Comentários da guerra das Gálias* de César, por exemplo! Quanto a Tito Lívio, se em seu livro 1, capítulo 20, afirmava que o rei Numa Pompílio fingira ter tratos com a deusa Egéria por conveniência política, mais adiante na obra, como ex-seguidor de Pompeu convertido à causa e à intimidade de Augusto, revela-se um historiador oficial e conformista da grandeza romana, cujo primeiro motor seria a piedade religiosa, antes da simplicidade, da concórdia, do espírito cívico. Os prodígios, em sua história, marcam em muitas ocasiões a intervenção divina nos negócios humanos.

A época de Augusto chegou mais perto do que qualquer outro período da Antigüidade de ter, não uma verdadeira literatura “nacional” — já que a nação, no sentido moderno e contemporâneo do termo, era coisa inexistente no mundo antigo — mas, sim, uma literatura etnocêntrica num sentido estreito: não algo semelhante à exaltação dos gregos, coletivamente, diante dos bárbaros mas, sim, textos que afirmavam uma espécie de destino manifesto ou predestinação religiosa da cidade de Roma à dominação do mundo civilizado, tanto quanto do bárbaro. Algo disto existia já sob a República, mas no período que consideramos chegou a verdadeiros paroxismos que, guardando-se as devidas proporções, lembram a propaganda do século XIX d.C. a respeito do destino manifesto e da missão civilizadora do homem branco europeu: ver, por exemplo, a descida de Enéias aos infernos no canto 6 da *Eneida*, com sua revelação do futuro romano como missão de governar o mundo; e, em Tito Lívio (45, 18, 1), o episódio absolutamente fictício em que o Senado convoca os cônsules de

167 a.C. a que mostrem a todos os povos que a vitória inelutável de Roma trar-lhes-á, não a escravidão, mas a liberdade (GARNSEY e SALLER, 1987, pp. 178-95; GRIMAL, 1984, pp. 149-71; BOARDMAN, GRIFFIN e MURRAY (orgs.), 1986, pp. 592-635; HARVEY, 1987).

Conclusão

Juntamente com o Egito faraônico,³ mas em proporções muito mais consideráveis e em modalidades no conjunto mais próximas às do mundo moderno e contemporâneo, foi o âmbito clássico ou greco-romano que, no mundo antigo, aproximou-se mais à presença de uma verdadeira socioliteratura, em contraste com uma mera etnoliteratura. As noções de autor, público e gênero existiam com grande clareza e, em certos períodos, houve mesmo uma teoria da literatura não desprovida de valor e eruditos e críticos que se dedicavam a comentar ou glosar as obras literárias.

Não se pode esquecer, mesmo assim, tratar-se de um mundo muito diferente do nosso, no qual a literatura apareceu por caminhos que não são os mesmos trilhados depois, em primeiro lugar, na Europa moderna e contemporânea. Tudo aquilo que entra na definição do que chamamos de literatura funcionava necessariamente, então, em forma específica, diversa da dos períodos próximos a nós, naquele mundo de difusão limitada da leitura e da escrita, sem imprensa, sem direitos autorais, com livros caros e pouco numerosos copiados à mão, com um hábito difundido de leitura coletiva em voz alta e com a presença persistente da cultura oral numa proporção muito maior do que a que se nota em nosso próprio tempo.

Estes eram fatores comuns a toda a Antiguidade clássica. Vimos igualmente que, em sua longa história, podem-se notar variações importantes nos fenômenos literários e em seu sentido social.

Notas

¹ Minhas opiniões acerca da trajetória da literatura nos Tempos Modernos e nos séculos XIX e XX foram muito influenciadas por: WILLIAMS, 1979, pp. 50-9; WELLEK, 1994.b, pp. 120-48; WEISSTEIN, 1994, pp. 308-33.

² Este texto foi lido na edição preparada por Francisco Larroyo: PLATÓN. *Diálogos*. México: Porrúa, 1971, pp. 623-61. Os demais textos da Antiguidade Clássica foram consultados nas suas edições incluídas na Loeb Classical Library (Cambridge, Mass.-London: Harvard University Press-William Heinemann).

³ O caso do Egito faraônico foi deixado de lado neste artigo por ter sido tratado por mim anteriormente: CARDOSO, 1998.

Referências bibliográficas

- BOARDMAN, John, GRIFFIN, Jasper e MURRAY, Oswin (orgs.). *The Oxford history of the classical world*. Oxford-New York: Oxford University Press, 1986.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. "Escrita, sistema canônico e literatura no antigo Egito". In: BAKOS, Margaret e POZZER, Katia Maria Paim (orgs.). *III Jornada de Estudos do Oriente Antigo: línguas, escritas e imaginários*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, pp. 95-144.
- CIPOLLA, Carlo M. "Introduction". In: ____ (org.). *The industrial revolution*. London: Collins/Fontana, 1973, pp. 7-21.
- CRYSTAL, David (org.). *The Cambridge Encyclopedia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ECO, Umberto. *Tratado geral de Semiótica*. Trad. de Antônio de Pádua Danesi e Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FINLEY, Moses I. (org.). *The legacy of Greece*. Oxford-New York: Oxford University Press, 1984.
- GARNSEY, Peter e SALLER, Richard. *The Roman Empire*. Economy, society and culture. London: Duckworth, 1987.
- GREIMAS, Algirdas J. e COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Trad. de Alceu D. Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1989.
- GRIMAL, Pierre. *La civilisation romaine*. Paris: Arthaud, 1984.
- HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Trad. de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- JEUNE, Simon. "Literatura geral e literatura comparada". Trad. de Beatriz Resende. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tania Franco (orgs.). *Literatura comparada*. Textos fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 219-40.
- LICHTHEIM, Miriam. *Ancient Egyptian literature, 2. The New Kingdom*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1976.
- LIVINGSTONE, Richard W. "Literatura". In: ____ (org.). *El legado de Grecia*. Madrid: Pegaso, 1956, pp. 341-94.

- PARAIN, Charles. *Octave-Auguste. La naissance d'un pouvoir personnel*. Paris: Editions Sociales, 1978.
- PICHOIS, Claude e ROUSSEAU, André. "Para uma definição de literatura comparada". Trad. de Sérgio R. B. de Almeida. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tania Franco (orgs.), *op.cit.*, pp. 215-8.
- ROSE, H. J. *A handbook of Greek literature*. London/New York: Methuen/Dutton, 1964.
- SCHOLES, Robert. *Semiotics and interpretation*. New Haven-London: Yale University Press, 1982.
- STOCK, Brian. "Afterword". In: BOYARIN, Jonathan (org.). *The ethnography of reading*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1993, pp. 270-5.
- SVENBRO, Jesper. "A Grécia Arcaica e Clássica: a invenção da leitura silenciosa". In: CAVALLO, G. e CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. Trad. de Fulvia M.L. Moretto *et al.* São Paulo: Ática, 1998, vol. 1, pp. 41-69.
- TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. Trad. de José Paulo Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.
- VAN TIEGHEM, Paul. "Crítica literária, história literária, literatura comparada". Trad. de Cleone A. Rodrigues. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tania Franco (orgs.), *op.cit.*, pp. 89-96.
- WEISSTEIN, Ulrich. "Literatura comparada: definição". Trad. de Sonia Torres. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tania Franco (orgs.), *op.cit.*, pp. 308-333.
- WELLEK, René. "A crise da literatura comparada". Trad. de Maria L. Rocha-Coutinho. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tania Franco (orgs.), *op.cit.*, 1994.a, pp. 108-19.
- WELLEK, René. "O nome e a natureza da literatura comparada". Trad. de Marta de Senna. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tania Franco (orgs.), *op.cit.*, 1994.b, pp. 120-48.
- WILLIAMS, G. *Change and decline. Roman literature in the early Empire*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.